
O PLÁGIO E A CULTURA DO COPY/PASTE: UM DESAFIO PARA O ENSINO BÁSICO

Rodrigo Bastos Cunha

Universidade Estadual de Campinas

rbcunha@unicamp.br

RESUMO

A cópia do texto alheio sem qualquer referência à sua autoria ou ao meio em que foi publicado (livro, revista, jornal), juridicamente tratada como crime previsto em lei a partir do Iluminismo, sempre existiu, desde a Antiguidade (cf. CHRISTOFE, 1996) e se torna uma prática cada vez mais comum, nos dias de hoje, facilitada pela enorme quantidade de textos disponíveis na internet e pela impossibilidade de controle sobre a origem de tudo o que circula pela rede mundial de computadores. Da segunda metade da década de 1990 para cá, período de crescimento exponencial do número de usuários e de informações que circulam pela internet, já se formou toda uma geração criada dentro da cultura do copy/paste (cópia/cola), acostumada a extrair não apenas trechos, mas conteúdos inteiros de textos hospedados na rede para a realização de trabalhos escolares tanto no nível básico de ensino quanto no nível superior e até mesmo nas pós-graduações, sem crédito algum ao autor do texto copiado ou ao endereço virtual ou nome do veículo onde ele foi originalmente publicado. Essa facilidade da cópia e, conseqüentemente, da prática do plágio tem levado a reflexões no meio acadêmico, como a preocupação de Vasconcelos (2007) em relação às cópias feitas por pós-graduandos para publicações em inglês em periódicos internacionais ou a pesquisa de Silva (2008) com estudantes de licenciatura em Letras – portanto, pelo menos potencialmente, futuros professores de Língua Portuguesa – sobre sua percepção em relação ao plágio. Neste trabalho, apresentarei dois casos recentes de plágio que me motivaram a também refletir sobre o assunto, um envolvendo tanto a escola básica quanto um curso de formação de professores, e outro envolvendo a apropriação de um texto jornalístico em espaço fora do meio acadêmico. Em seguida, defenderei a abordagem do tema em cursos de formação de professores e, fundamentalmente, nas salas de aula do ensino básico, apontando algumas das inúmeras possibilidades para essa abordagem.

Palavras-Chave: leitura, escrita, internet

1. INTRODUÇÃO

A cópia do texto alheio sem qualquer referência à sua autoria ou ao meio em que foi publicado (livro, revista, jornal), juridicamente tratada como crime previsto em lei a partir do Iluminismo, sempre existiu, desde a Antiguidade (cf. CHRISTOFE, 1996) e se torna uma prática cada vez mais comum, nos dias de hoje, facilitada pela enorme quantidade de textos disponíveis na internet e pela impossibilidade de controle sobre a origem de tudo o que circula pela rede mundial de computadores. Da segunda metade da década de 1990 para cá, período de crescimento exponencial do número de usuários e de informações que circulam pela internet, já se formou toda uma geração criada dentro da cultura do copy/paste (cópia/cola), acostumada a extrair não apenas trechos, mas conteúdos inteiros de textos hospedados na rede para a realização de trabalhos escolares, tanto no nível básico de ensino quanto no nível superior e até mesmo nas pós-graduações, sem crédito algum ao autor do texto copiado ou ao endereço virtual ou nome do veículo onde ele foi originalmente publicado.

Essa facilidade da cópia e, conseqüentemente, da prática do plágio tem levado a reflexões no meio acadêmico, como a preocupação de Vasconcelos (2007) em relação às cópias feitas por pós-graduandos para publicações em inglês em periódicos internacionais ou a pesquisa de Silva (2008) com estudantes de licenciatura em Letras – portanto, pelo menos potencialmente, futuros professores de Língua Portuguesa – sobre sua percepção em relação ao plágio. Neste artigo, após expor resumidamente o que dizem essas reflexões, apresentarei dois casos recentes de plágio que me motivaram a também refletir sobre o assunto, um envolvendo tanto a escola básica quanto um curso de formação de professores, e outro envolvendo a apropriação de um texto jornalístico em espaço fora do meio acadêmico. Em seguida, defenderei a abordagem do tema em cursos de formação de professores e, fundamentalmente, nas salas de aula do ensino básico, apontando algumas das inúmeras possibilidades para essa abordagem.

2. O PLÁGIO NA PÓS-GRADUAÇÃO

Em sua tese de doutorado intitulada **Intertextualidade e plágio**: questões de linguagem e autoria, Lilian Christofe (1996) aponta o poeta Marcial, da Antiguidade Romana, como um dos primeiros autores a se manifestar publicamente contra a apropriação de textos seus por terceiros. Brincando com as palavras, ele atacava seus plagiadores associando o roubo de textos a um crime previsto no Direito Romano, o *plagi-*

um, que envolvia a negociação de escravo alheio sem a autorização de seu dono. Mas segundo Christofe (1996, p. 90), foi apenas no século XVIII, durante a Revolução Francesa, que “surgiu o Direito Autoral, inspirado por teorias iluministas, que defendiam a concepção de homem como criador ... centralizada no autor e na defesa de seus interesses”.

No Brasil, de acordo com ela, o direito autoral nasceu “no âmbito universitário, para proteger a produção de seus professores” (CHRISTOFE, 1996, p. 92). Se, por um lado, a legislação brasileira trata apenas do aproveitamento econômico ilícito da produção textual de terceiros, por outro lado, justamente no meio universitário, a apropriação disfarçada de frases, ideias e criações alheias – na concepção iluminista de criação autoral, persistente até hoje – tem consequências que vão muito além de questões meramente financeiras. Eni Orlandi (1995, p. 149), lembra que “a citação, no discurso científico, não é apenas uma questão moral mas funcional, ou seja, ela faz parte do mecanismo estruturante do modo de produzir ciência”. Sendo assim, o simples fato de usar ideias já ditas como se fossem suas, sem mencionar que já haviam sido ditas – como, por exemplo, falar em dialogismo sem qualquer menção a Bakhtin –, já seria o que ela chama de “meio-plágio”.

Sonia Vasconcelos (2007, p. 4) observa, contudo, que o conceito de plágio ainda é bastante difuso para pesquisadores de vários países. Ela explica que, “na verdade, não só o conceito como também as relações que se estabelecem com tal prática decorrem de um viés cultural importante”. As noções de autoria e de propriedade intelectual estariam, assim, diretamente ligadas à de plágio. Portanto, “não se pode negar que culturas que legitimam a condenação da cópia de textos e ideias de outrem sem a devida citação, legitimam a propriedade intelectual do autor, ou seja, a originalidade”. De acordo com Vasconcelos, a autoria e a originalidade teriam uma outra conotação em culturas confucianas, como na China, onde a noção de propriedade intelectual seria mais coletiva do que individual. Ainda assim, diz ela, a importância dada ao plágio nas universidades e órgãos de financiamento americanos acaba se introduzindo nessas culturas que não compartilham da mesma visão de propriedade (VASCONCELOS, 2007, p. 5). Como exemplo, ela cita a denúncia da revista **Science**, em 1996, de três casos de plágio envolvendo pesquisadores chineses e o engajamento da Academia Chinesa de Ciências na discussão, para reduzir a incidência de fraudes como o plágio no meio científico chinês.

Vasconcelos vê a pressão para publicações de artigos em periódicos indexados internacionais – a grande maioria em Língua Inglesa – aliada à pouca proficiência de

pesquisadores brasileiros nesse idioma, como uma situação favorável ao plágio e ao “empréstimo linguístico subversivo de pequenos trechos de artigos em inglês”. Ela fala, no entanto, sob a ótica de alguém ligado às chamadas ciências duras, já que à época da publicação de seu artigo sobre plágio na comunidade científica, estava vinculada a um programa de difusão em biociências da UFRJ. Um estudo de Suzana Mueller (2005), da UnB, aponta que os periódicos estrangeiros são o canal preferencial para publicação entre pesquisadores das ciências biológicas e exatas, enquanto nas ciências agrárias, a preferência é pelos periódicos nacionais, e nas engenharias, pelos anais de congressos nacionais. E Fiorin (2007, p. 272) observa que nas ciências humanas e sociais, “embora os *papers* tenham relevância, o que de mais significativo se produz é veiculado por meio de livros, que apresentam uma reflexão de maior fôlego, mais amadurecida”. Aquele mesmo estudo de Mueller aponta que a produção de livros é muitas vezes maior nas ciências humanas do que em qualquer outra área do conhecimento.

Independentemente da questão do idioma, o que importa aqui é destacar a preocupação de Vasconcelos com a prática do plágio no meio acadêmico, justamente por onde entrou a noção de direito autoral no Brasil. Ela considera que, “diante da relevância do tema e do foco internacional que ele vem recebendo é, no mínimo, ingênuo ou imaturo não se pensar de forma bem pragmática em abordar o plágio nas universidades e outras instituições de pesquisa”, e sugere que “isto poderia ser discutido nos programas de pós-graduação” (VASCONCELOS, 2007, p. 5). Apontarei, a seguir, um trabalho que tem preocupações semelhantes, mas que busca trazer essa discussão para o nível da graduação. Adiante, darei um exemplo de como o plágio pode acontecer em qualquer outra instância que envolva o trabalho com textos, o que, evidentemente, abrange muito mais do que o meio acadêmico.

3. O PLÁGIO NA GRADUAÇÃO

Em 2008, Obdália Silva publicou na **Revista Brasileira de Educação** suas reflexões acerca de uma pesquisa envolvendo a discussão sobre produção textual, leitura, co-autoria e plágio, que ela desenvolveu entre alunos de graduação do curso de letras. Entre as motivações da pesquisa estava o questionamento do que é um autor e como ele se forma na atual sociedade da informação, em que a linguagem seria um elo virtual entre os sujeitos e o mundo. Silva (2008, p. 357) observa que “a informação e os textos, nos tempos atuais, se encontram cada vez mais à mão, como um convite ao sujeito para mergulhar nos labirintos hipertextuais”, e acrescenta que esse mergulho

pode acontecer tanto “para o exercício e a difusão da escrita” quanto “para forjar como seu apenas um excerto, um parágrafo ou mesmo todo um texto, mediante cópia não autorizada”.

A pesquisadora usou a própria plataforma da internet para fazer os alunos de letras refletirem sobre o tema em fóruns de discussão e salas de bate-papo, além de realizar entrevistas com cada um deles e observar seu comportamento. Silva constatou que, embora a maioria condenasse a cópia não autorizada de textos, uma parcela considerável dos alunos assumia abertamente ter cometido plágio e outra parcela plagiava sem assumir claramente. Entre as justificativas daqueles que assumiram essa prática estava a facilidade de se copiar algo, pela abundância de informações disponíveis na internet, e o recurso ao plágio para cumprir uma obrigação em uma disciplina que não era do interesse do aluno. Essa postura de se preocupar meramente com o cumprimento de uma tarefa acadêmica nos remete à própria prática tradicional – já tão criticada nos estudos sobre educação, em geral, e sobre ensino de escrita, em particular – de avaliação escolar no ensino básico.

Em relação à atividade de escrita na escola, Silva (2008, p. 363) lembra que “as propostas de produção sempre foram (e ainda são) transformadas, pela lógica escolar, em textos para serem corrigidos para uma nota e não para socialização do conhecimento”. E além da escrita, a atividade de leitura, indissociável a ela, também segue a mesma lógica escolar da avaliação, segundo Silva, para quem “a construção do autor não se dá sem a formação do leitor, visto que sua competência discursiva depende das histórias de leitura do sujeito”. Ela considera que a leitura sempre foi “uma tarefa obrigatória, mecânica, que estimulava o aluno à cópia de textos ... já que as práticas de ler/escrever não propiciavam ao aluno refletir sobre o que lia/escrevia nem aprender a decidir por si mesmo”. Adiante, ao apresentar o primeiro caso de plágio que tratarei neste artigo, veremos que mesmo em situações nas quais o professor de língua portuguesa tenta investir em uma certa autonomia dos alunos na sua relação com os textos, a atitude de considerar a produção escrita apenas como um diálogo com o avaliador – ou seja, o mero cumprimento de uma tarefa para nota – parece predominar sobre a reflexão do aluno a partir de determinadas leituras e o uso da ferramenta da escrita como forma de expressão de suas próprias ideias.

4. O PLÁGIO NA ESCOLA

O curso de Letras da Unicamp, que já existe há algumas décadas, instituiu recentemente a obrigatoriedade da elaboração de uma monografia, uma espécie de traba-

lho de conclusão de curso, para a obtenção do título por parte dos alunos. Mais do que isso, passou a submeter os concluintes a uma espécie de avaliação semelhante àquela por que passam os alunos de pós-graduação, com defesa da monografia e arguição de uma banca. Fui convidado para compor a banca que iria avaliar, no final de 2009, a monografia de uma aluna do curso de licenciatura em Letras que se propôs a estudar a dialogia em redações escolares. Seu ponto de partida, nesse estudo, foi o *corpus* usado na dissertação de mestrado de um professor de língua portuguesa do ensino médio do interior de São Paulo, um trabalho de reflexão sobre a produção de textos do gênero dissertativo de seus alunos associada à leitura de textos na internet.

Na monografia, Giacopini (2009, p. 4) diz que “o professor trabalhou em classe a importância da leitura como forma de se ter um conhecimento prévio do assunto a ser abordado” em uma dissertação escolar. O professor – e futuro pesquisador de mestrado – propôs aos alunos que buscassem na internet, com total autonomia de escolha, textos acerca de dois temas sobre os quais fariam dissertações após a leitura do resultado da busca: estrangeirismos e eutanásia. Todo o material dessa pesquisa, tanto os textos de leitura prévia quanto as redações produzidas após essa leitura, continuou arquivado no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp depois que a dissertação foi concluída. A estudante de Letras teve acesso a esse material e selecionou, entre as redações sobre estrangeirismos, três que seriam “representativas dos textos dos alunos reunidos no *corpus*”, por revelarem “diferentes processos de apropriação do discurso do outro” (GIACOPINI, 2009, p. 5).

O termo “apropriação” aparece diversas vezes na monografia, especialmente em sua parte inicial. Como Giacopini se propõe a estudar o diálogo que os alunos estabelecem, em suas redações, com os textos lidos previamente, seu ponto de partida é a noção de dialogismo proposta por Bakhtin, e talvez ela tenha interpretado equivocadamente a ideia bakhtiniana de apropriação da palavra para se referir à apropriação do discurso do outro. Bakhtin (1998, p. 100 *apud* GIACOPINI, 2009, p. 3) considera que “a palavra da língua é uma palavra semi-alheia. Ela só se torna ‘própria’ quando o falante a povoa com sua intenção, com seu acento, quando a domina através do discurso, torna-a familiar com a sua orientação semântica e expressiva”.

Esse ato de tornar a palavra “própria”, de acordo com a intenção do falante e sua orientação expressiva, se aproxima da primeira das acepções da palavra “apropriação” que aparecem no dicionário Houaiss (2001): “adequação”. Porém, no exemplo abaixo, em que coloco lado a lado um trecho de uma das redações analisadas por Giacopini e um trecho de um dos textos resultantes da busca feita pela aluna autora dessa

redação, veremos que a “adequação” da palavra “semi-alheia”, para uma geração formada na cultura do copy/paste, mais do que um ato de tornar algo adequado ao que o sujeito quer expressar, revela o modo como os sujeitos dessa geração veem a profusão de textos disponíveis na internet, entre os quais encontram aquilo que se adequa ao cumprimento de determinada tarefa, o que se aproxima mais da segunda acepção de “apropriação” no Houaiss (2001): “ato de tornar própria (coisa) sem dono ou abandonada”.

Trecho da redação da aluna	Trecho de reportagem da revista Kalunga
<p>A língua falada no Brasil é, e deverá continuar sendo, o português, conforme dizem os linguistas. Embora a afirmação pareça óbvia, responde a uma desconfiança, cada dia mais difundida entre as pessoas, de que o uso crescente do inglês poderia, de alguma forma, desfigurar nosso idioma.</p> <p>No entanto, para que uma transformação dessa natureza ocorresse, seria necessário bem mais do que a introdução de novas palavras e vocabulários. O linguista Luís Antonio Marcuschi, da Universidade Federal de Pernambuco, diz que além das modificações no campo do vocabulário, uma mudança tão profunda teria que incorporar novos fonemas e</p>	<p>A língua falada no Brasil é, e deverá continuar sendo, o português, conforme dizem os linguistas. Embora a afirmação pareça óbvia, responde a uma desconfiança, cada dia mais difundida entre as pessoas, de que o uso crescente do inglês, a emergência das falas cifradas dos “guetos” (como nos morros cariocas e grupos afros da Bahia), ou mesmo a linguagem seletiva adotada pela mídia, poderiam, de alguma forma, desfigurar nosso idioma.</p> <p>Para que uma transformação dessa natureza ocorresse, seria necessário bem mais do que a introdução de novas palavras e vocabulários, afirma o linguista Luiz Antonio Marcuschi, da Universidade Federal de Pernambuco: “Além das modificações no campo do vocabulário, uma mudança tão profunda teria que incorporar novos fonemas e novas formas sintáticas, o que não aconte-</p>

novas fórmulas sintáticas, o que não acontece no país.

Além disso, o inglês está chegando cada vez mais rápido em nossas vidas, principalmente nas áreas de informática, negócios e no comércio, fato que não surpreende os estudiosos. Conforme dizem, o ritmo acelerado dos avanços tecnológicos é o principal fator dessas transformações no idioma. A partir deste século, a língua passou a ser considerada fenômeno cultural dinâmico, que acompanha a realidade. Combinada a essa noção, a tecnologia ingressou fortemente nos contextos comunicativos de todas as camadas sociais.

ce”.

Hoje é o inglês que está chegando depressa demais, principalmente nas áreas de informática, negócios e no comércio, fato que não surpreende os estudiosos. Conforme dizem, o ritmo acelerado dos avanços tecnológicos é o principal fator dessas transformações no idioma. A partir deste século, a língua passou a ser considerada fenômeno cultural dinâmico, que acompanha a realidade. Combinada a essa noção, a tecnologia ingressou fortemente nos contextos comunicativos de todas as camadas sociais.

Embora Giacopini (2009) afirme que a aluna considerou os textos de leitura prévia “na elaboração de seu argumento” (p. 14) e que um deles “torna-se apoio para a tese de Samanta” (p. 18), os trechos reproduzidos acima não nos permitem falar em argumento e tampouco em tese defendida por alguém a não ser os cinco co-autores do texto publicado na revista **Kalunga** ou o linguista entrevistado para a matéria. A única coisa que se pode apontar em relação a Samanta é sua esperteza em dar coesão textual aos trechos selecionados no texto alheio – possivelmente considerado por muitos internautas como “coisa sem dono”, a partir do instante em que está disponível na rede, já que nem todos os leitores se dão ao trabalho de ir até o fim da matéria, onde aparecem os créditos de autoria, no caso dessa reportagem da revista **Kalunga**.

Certamente, o professor poderia destacar o mérito da aluna em “adequar” a concordância verbal, no primeiro parágrafo, ao excluir de sua cópia “a emergência das falas cifradas dos guetos” e “a linguagem seletiva adotada pela mídia” – que, na esperada interpretação de Samanta, poderiam ser consideradas pelo avaliador como uma fuga do tema estrangeirismos – ou o uso que ela faz dos conectivos que iniciam o segundo e

o terceiro parágrafos. Mas é obrigação dele, a meu ver, dizer à aluna – e talvez a toda a sala, em uma aula inteiramente dedicada a isso – que aquilo que ela faz é plágio (mesmo que se suponha que ela e todos os seus colegas saibam disso), uma prática equivalente a comercializar o escravo alheio na Antiguidade ou ao que hoje se chama juridicamente de estelionato. E era obrigação minha, no meu ponto de vista, dizer isso naquela banca de arguição em um curso de formação de professores de Língua Portuguesa.

5. O PLÁGIO FORA DO AMBIENTE DE ENSINO

Como editor da revista **ComCiência**, uma publicação eletrônica que disponibiliza para acesso gratuito todo o conteúdo de suas edições já publicadas, recebo constantemente pedidos de autorização para reproduzir matérias de nossa equipe, total ou parcialmente, em livros didáticos, sites educativos e outras publicações em geral. Sabemos, contudo, que a facilidade de acesso faz com que muitos veículos reproduzam notícias ou reportagens nossas sem pedir previamente autorização para isso. Há casos em que essa reprodução dá o devido crédito ao autor da matéria e à revista onde ela foi originalmente publicada; há casos em que há uma mera menção ao nome da revista ao final da matéria; há casos em que se faz um link para o site da **ComCiência**; e há, enfim, casos em que não aparecem nem o nome da revista e nem o do autor da matéria.

Em janeiro deste ano, uma repórter da revista fez uma busca na internet para encontrar possíveis reproduções de matérias suas publicadas na **ComCiência**, para mostrar a repercussão de seu trabalho em relatório para a Fapesp, como bolsista do programa Mídia-Ciência, e se deparou, por acaso, com algo pior do que os exemplos citados acima: uma de suas matérias, sobre turismo e a relação entre ONGs e comunidades locais, estava reproduzida na íntegra em um site de uma ONG ambientalista, não apenas sem crédito à revista ou à repórter, mas com o nome de outra pessoa como autor da matéria. Qual não foi a minha surpresa ao descobrir que essa pessoa era nada mais nada menos que o presidente da tal ONG. Caso quiséssemos comprovar a fraude, as datas de publicação não deixariam dúvidas: no site da instituição, a matéria foi ao ar no dia 4 de outubro de 2009, mas já estava publicada na **ComCiência** desde 28 de setembro – e obviamente a repórter poderia contar com o meu depoimento, como editor da matéria, e o das pessoas que entrevistou antes de elaborar seu texto.

Como já mencionamos acima, a legislação brasileira trata apenas da exploração econômica da cópia de textos de forma ilícita, ou seja, sem a autorização do autor.

Embora a revista **ComCiência** seja uma publicação de acesso gratuito e sem fins lucrativos, a reprodução de textos nela publicados em livros didáticos vendidos comercialmente ou em revistas com assinaturas pagas ou que se podem comprar em bancas requer uma autorização formal, sem o que tal cópia se configuraria um crime. Esse não é o caso da publicação no site da ONG, onde o acesso também é gratuito. Ainda assim, mesmo não sendo passível de uma ação judicial por danos materiais – apesar de ser cabível a alegação de danos morais por parte da repórter –, o presidente da ONG atendeu à minha solicitação, deu o devido crédito à autora, citou a revista, fez um link para o site da **ComCiência** e enviou por email um pedido formal de desculpas, reconhecendo que sua instituição “cometeu despropositadamente a divulgação da matéria em questão, sem os créditos” devidos, aproveitando para elogiar “o excelente trabalho da revista **ComCiência**”.

Gostaria de destacar essa palavra que figura na retratação por escrito: independentemente do tratamento judicial que se dá à questão do plágio, o que está em jogo é a apropriação do trabalho alheio. Cinco pessoas dividiram o trabalho de fazer uma pesquisa sobre questões de linguagem, uma escolha de fontes, a realização de entrevistas, e a árdua tarefa de selecionar trechos das falas dos entrevistados e costurar o resultado disso tudo em um texto para ser publicado na revista **Kalunga**. E esse trabalho – ou parte dele – é o que foi apropriado por uma aluna do ensino básico para cumprir uma tarefa escolar de produção escrita. Da mesma forma, o trabalho da repórter da **ComCiência** em fazer uma leitura prévia sobre o tema do turismo sustentável, fazer suas entrevistas, selecionar trechos dos depoimentos e construir seu texto é o que foi apropriado pelo presidente da ONG.

6. POSSÍVEIS ABORDAGENS NA ESCOLA BÁSICA

Vimos, neste artigo, que tratar textos publicados na internet como “coisa sem dono” é algo feito não apenas pelo aluno do ensino básico, na tentativa de cumprir uma atividade a ser avaliada pelo professor, ou pelo aluno de graduação, ao fazer o mesmo para uma disciplina de seu curso, mas inclusive por pós-graduandos ávidos para publicar em periódicos internacionais – e, em muitos casos, cobrados por isso pelas instâncias de avaliação – e por pessoas que atuam em esferas sociais diversas, como a presidência de uma ONG ambientalista. Se a questão do plágio não for tratada com a devida seriedade e o merecido destaque em cursos de formação de professores e, sobretudo, nas salas de aula da escola básica, o aluno hoje acostumado à cópia não auto-

rizada continuará não vendo problema em realizar essa prática, seja qual for a sua atividade futura.

Uma professora de escola particular do ensino fundamental contou-me a estratégia que usa em casos semelhantes ao das atividades de leitura e produção de textos mencionadas na monografia de cuja banca participei. Após uma pesquisa na internet sobre um determinado tema, os alunos compartilham com o restante da turma o resultado de suas buscas. Depois, todos guardam os textos lidos previamente, pegam uma folha em branco e escrevem seus próprios textos. Não há como negar que é uma aposta a mais na autonomia dos alunos no trabalho de produção escrita, embora diferentes habilidades de memória possam resultar em eventuais reproduções literais, maiores ou menores, daquilo que foi lido previamente. Mas é possível ir além tanto na relação dos alunos com aquilo que leem quanto com a prática da escrita como forma de expressão de suas próprias ideias. Não me refiro aqui à habilidade de parafrasear, de reescrever, com outras palavras ou com outra estrutura sintática, algo lido anteriormente. Refiro-me a posicionamentos no mundo.

Ao mesmo tempo em que é interessante dar autonomia aos alunos para suas buscas na internet, é preciso trabalhar com eles a leitura crítica não apenas dos textos encontrados, mas inclusive da própria forma como eles lidam com essa busca. Mesmo sem combinação prévia, pode acontecer de vários alunos levarem para a sala de aula um mesmo texto sobre o tema pesquisado, caso tenham usado as mesmas palavras-chave na busca. Isso porque eles seguem, em geral, a hierarquização de textos feita pelos mecanismos de busca: os primeiros da lista, além de terem a ocorrência das palavras-chave, são os mais acessados. Mas o número de acessos não necessariamente tem relação com a qualidade dos textos. Algumas questões poderiam ser levantadas pelo professor para reflexão em sala de aula: quantas e quais palavras-chave cada aluno usou em sua busca? Quais critérios utilizou para essa escolha? O aluno sabe a diferença entre a busca com aspas e a sem aspas? Porém, há uma outra questão bem mais fundamental: quantos alunos repararam nos endereços resultantes da busca? Quantos consideraram esses endereços como critério para escolha do link a ser clicado, para abrir os textos encontrados na busca?

Nem sempre os endereços na internet dizem alguma coisa para seus usuários, a não ser os mais familiares, como páginas hospedadas em portais como UOL e Terra ou em sites de universidades como USP e Unicamp. Mas é possível fazer uma diferenciação entre um blog, um verbete da Wikipédia, uma notícia de jornal ou revista e uma

página ligada a alguma associação ou movimento social. E indo além, é possível discutir se o autor de um blog é conhecido ou não, se tem posicionamentos claros em determinadas questões; assim como é interessante ver as semelhanças e as diferenças na abordagem de um mesmo tema por diferentes jornais e revistas e discutir sobre seus recortes da realidade e suas demarcações de posição. Porém, quando não se trata de jornal, revista ou universidade, nem sempre a vinculação institucional está clara no endereço da internet, quando se abre diretamente um texto encontrado por mecanismos de busca. Nesse caso, seria pertinente fazer um trabalho pós-busca, questionando quem são as pessoas ligadas àquele site, quem são os autores dos textos e quais são os seus posicionamentos.

Na atividade de busca sobre o tema dos estrangeirismos mencionada naquela monografia, por exemplo, dois textos podem ilustrar isso: um estava hospedado no site filologia.org.br e outro no novomilenio.inf.br. O aluno do ensino fundamental ou médio pode não saber que ramo do conhecimento vem a ser a filologia, mas ao apagar o restante do endereço da página do texto encontrado, deixando apenas o principal, verá que o site é de um tal CiFEFiL. Até aí, nada de esclarecedor para o aluno, mas já há para ele algumas pistas na home-page da instituição, com diversas chamadas para congressos e seminários de linguística e de filologia. E para saber o que significa aquela estranha sigla, ele pode clicar em “Saiba mais sobre o CiFEFiL”: a página que se abre explica que se trata do *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*, uma iniciativa de alunos de doutorado em parceria com docentes da Faculdade de Formação de Professores da Uerj. Essa vinculação acadêmica também se verifica na identificação do autor do texto ali hospedado, que na época era doutorando da PUC-SP e professor na Faculdade de Letras da Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá.

Já o outro endereço, Novo Milênio, requer uma pesquisa a mais para saber do que se trata. A home-page sugere algo regionalmente direcionado, com nomes de cidades da Baixada Santista, acompanhados, no entanto, de temas diversos, como “tráfego na net”, “conversão monetária” e aquilo que aqui nos interessa: “idioma”. Ao clicar nessa palavra, abre-se uma página intitulada Movimento Nacional em Defesa da Língua Portuguesa com uma citação do gramático Napoleão Mendes de Almeida. O suposto nacionalismo dessa citação – que chama de “idioma pátrio” a língua trazida pelos colonizadores e oficializada no Brasil por Marquês de Pombal – e o próprio movimento do título da página são facilmente associáveis ao autor do projeto de lei contra o uso de estrangeirismos, o deputado federal Aldo Rebelo, e a seu posicionamento político e ideológico.

O mais importante após essa pesquisa extra, como complemento das leituras, é uma mudança de postura em relação à escrita. Embora o aluno saiba – ou pelo menos imagine – que o professor propõe uma determinada atividade de produção de textos para avaliá-lo, seria fundamental se encarasse a escrita como uma forma de ele próprio também se posicionar no mundo, de organizar as ideias, de dialogar com os textos lidos, contrapô-los, defendê-los, refutá-los. E, principalmente, se visse isso como um trabalho que deve ser seu – e não como uma inspiração, que se não tiver, tem que recorrer a um “empréstimo linguístico subversivo” (VASCONCELOS, 2007). A cópia do trabalho alheio (o plágio) muito pouco ou nada diz sobre a capacidade do aluno de expressar o seu posicionamento no mundo, o que certamente também pode ser trabalhado em um debate oral em sala de aula sobre um determinado tema como os estrangeirismos. Até mesmo isso pode ser explorado pelo professor em novos questionamentos aos alunos: quais as diferenças na estruturação do discurso argumentativo oral e da argumentação escrita? As estratégias são as mesmas? E as estruturas sintáticas? E o vocabulário? Qual a diferença no diálogo entre os debatedores que discursam presencialmente e o diálogo, no interior de um texto, com produções escritas precedentes? Qual a diferença entre copiar e dialogar com um texto?

Além dessas possibilidades de abordagem sugeridas acima, o próprio plágio também poderia figurar como tema central de aula tanto em cursos de formação de professores quanto no ensino de língua portuguesa da escola básica. Pode-se abordar a origem do termo, os casos mais famosos de disputa pela autoria de um trabalho, exemplos recentes de constrangimento público por questões de plágio com sérias repercussões na carreira profissional da pessoa acusada de plagiária. Isso pode ser o pretexto para a abordagem de algo que já faz parte do conteúdo das aulas de língua portuguesa e que pode ser aprimorado: o discurso relatado. Seria interessante comparar como o discurso oral de terceiros aparece em textos jornalísticos e como o discurso escrito do outro é citado em textos acadêmicos, não apenas para trabalhar as noções de discurso direto, indireto e de paráfrase, mas para mostrar como os recortes das falas ou textos são escolhas de quem constrói um novo discurso e como os posicionamentos em relação ao discurso relatado podem se dar nessa construção.

Pode-se propor, também, um trabalho interdisciplinar com os professores de história e geografia, para o estudo dos ideais iluministas e suas implicações para o Ocidente e até mesmo para o modo de vida contemporâneo, além de uma comparação entre as culturas ocidentais e orientais, com uma breve incursão por valores de povos confucianos. Esse último tópico, o das culturas confucianas, pode ser relacionado a te-

mas mais ligados à realidade e à contemporaneidade dos alunos. Pode-se usar a noção de propriedade intelectual coletiva para falar das atuais ferramentas usadas para disseminação do conhecimento, como as páginas do tipo wiki – e a Wikipedia é só um exemplo – e tratar da diferença entre trabalho coletivo e apropriação do trabalho alheio. Ainda dentro desse universo mais próximo do aluno, vale mencionar que, mesmo ciente de se tratar de uma prática ilícita, ele está acostumado a compartilhar com os amigos músicas e vídeos que captura gratuitamente na rede, mas nunca diz aos amigos que determinada música ou vídeo, dentre esses capturados, é um trabalho de sua autoria. Por que com o texto seria diferente?

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. O discurso no romance. In BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**. 4ª edição. São Paulo (SP): Ed. Unesp, 1998, p. 71-210.
- CHRISTOFE, L. **Intertextualidade e plágio: questões de linguagem e autoria**. Campinas (SP): IEL/Unicamp, 1996, 193 páginas. (tese de doutorado)
- FIORIN, J. L. Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de ciências humanas e sociais em periódicos internacionais. In **Revista Brasileira de Pós-Graduação** v. 4, n. 8. Brasília (DF): Capes, dezembro de 2007, p. 263-281.
- GIACOPINI, A. M. M. **Um estudo da dialogia na redação escolar**. Campinas (SP): IEL/Unicamp, 2009, 55 páginas. (monografia)
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro (RJ): Ed. Objetiva, 2001, 3008 páginas.
- MUELLER, S. P. M. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. In **Revista de Ciência da Informação** v. 6, n. 1. Rio de Janeiro (RJ): Instituto de Adaptação e Inserção na Sociedade da Informação, fevereiro de 2005, p. 1-12.
- ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 3ª edição. Campinas (SP): Unicamp, 1995, 184 páginas.
- SILVA, O. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade?. In **Revista Brasileira de Educação** v. 13, n. 38. São Paulo (SP): Anped, mai/ago de 2008, p. 357-368.

VASCONCELOS, S. M. R. O plágio na comunidade científica: questões culturais e linguísticas. In revista **Ciência e Cultura** v. 53, n. 3. São Paulo (SP): Labjor/Unicamp, jul/set de 2007, p. 4-5.